

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1 Aquisição de **PISO LAMINADO MELAMÍNICO COM INSTALAÇÃO**, para atender às necessidades da Secretaria de Infraestrutura e Logística, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas neste instrumento.

1.2	Requisitante:	Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística
1.3	Fundamentação legal:	Pregão Eletrônico de acordo com a Lei Federal nº 14.133/21, art. 28, inciso I.
1.4	Período:	Entrega Imediata
1.5	Tipo:	Menor preço por item, nos termos do art. 33, inciso I, da Lei nº. 14.133/21;

2. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO:

2.1 A tabela abaixo demonstra detalhadamente o objeto do presente Termo de Referência, bem como o número de itens e o respectivo quantitativo:

ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QTD
01	369122	Aquisição de PISO LAMINADO MELAMÍNICO COM INSTALAÇÃO , clicado, tipo alto tráfego, alto padrão, para USO COMERCIAL, acabamento acetinado, resistente a água, com tom de madeira amendoado, medindo no mínimo 2mm de espessura, a ser instalado em salas com medidas diversificadas. Incluindo todo o material necessário a instalação, diga-se RODAPÉ na mesma tonalidade do piso, MANTA, COLA, PERFIL REDUTOR E PERFIL PISO X PAREDE.	M ²	200

2.2 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 1746, de 2022.

2.3 Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa presente nos autos do processo nº 31.479/2023.

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1 Tal aquisição se faz necessário para atender as demandas da Secretaria de Infraestrutura e Logística.

3.2 A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares



3.3 Chegou-se ao quantitativo, após análise da Planta Baixa das dependências da Secretaria de Infraestrutura e Logística, cedida pela Secretaria Municipal de Casa Civil.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

4.1 A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares.

4.2 A contratação se dará por Pregão Eletrônico, em conformidade com o Art. 28, inciso I da Lei Federal 14.133/21.

5. VISTORIA

5.1 As empresas interessadas poderão realizar vistoria no local onde os pisos serão instalados, de forma a obterem pleno conhecimento das condições e eventuais dificuldades para sua execução, bem como de todas as informações necessárias à formulação da sua proposta de preços. Não serão aceitas alegações futuras de desconhecimento de fatos ou detalhes que impossibilitem ou dificultem a execução e a entrega do produto.

5.2 Caso a empresa interessada no certame pretender fazer a avaliação prévia do local de execução dos serviços, deverá realizar esta vistoria, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 9 horas às 14 horas.

5.3 Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

5.4 Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

5.5 Será emitido pela Contratante parecer afirmando que foi realizada a Vistoria Técnica pela empresa interessada e que a mesma atesta que conhece o local e as condições da realização da instalação do piso.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1 A presente contratação adotará o regime de empreitada, o preço por item, considerando o valor de metragem quadrada.

6.2 Consiste na aquisição com instalação de piso laminado melamínico clicado, tipo alto tráfego, alta qualidade, com acabamento acetinado, resistente a água, com tom de madeira amendoado, incluindo todos os materiais necessários, tais como rodapé, manta, cola e perfis, sobre os diversos pisos existentes, sendo que em alguns ambientes, será necessário a remoção do revestimento atual.

6.3 Os pisos deverão ser instalados nas salas que acomodam a Secretaria de Infraestrutura e Logística, localizada na Avenida Alberto Brune, nº 224 -sobreloja - Centro - Nova Friburgo.

6.4 A instalação do piso deverá ser feita de segunda a sexta-feira, no horário das 9 às 17 horas, sempre acompanhado de um servidor designado pela secretaria requisitante.



6.5 Toda preparação da superfície que receberá o piso incluindo limpeza, nivelamento, impermeabilização, entre outros, será de total responsabilidade da empresa Contratada, incluindo material, mão de obra e ferramentas, bem como todo o lixo e entulho resultante da conclusão do trabalho, sendo que o serviço deverá ser entregue pronto para o uso, com o ambiente totalmente limpo após o seu encerramento, observando todas as normas de segurança do trabalho pertinentes a execução da instalação. Também ficará sob a responsabilidade da Contratada as custas relacionadas a entrega e instalação, incluindo transporte, encargos trabalhistas e previdenciários.

6.6 Antes do início da colocação do piso, fica a Contratante responsável por desocupar a sala que receberá o serviço, retirando móveis e equipamentos.

6.7 Para uma boa estética, optamos pela escolha por tons de madeira em toda a extensão das dependências contempladas com esta aquisição.

6.8 A equipe deverá estar uniformizada, portando todo o equipamento de segurança necessário e devidamente identificada, durante toda a execução do trabalho.

6.9 A Contratada deverá fornecer garantia de 1 (um) ano do material instalado, a contar da data de conclusão do serviço.

6.10 Não será admitida a subcontratação do objeto.

7. DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

7.1 O fornecimento será imediato, com prazo não superior a 30 (trinta) dias corridos da data do recebimento da Nota de Empenho e a conclusão da instalação não deverá ser superior a 20 (vinte) dias úteis da data de início, no endereço abaixo:

Nome do requisitante:

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

Endereço:

Endereço: Avenida Alberto Braune, n 224, sobreloja - Centro - Nova Friburgo – RJ.

Horário de entrega:

Horário de entrega: de segunda à sexta-feira das 09:00 horas às 17:00 horas.

7.2 Os produtos serão recebidos provisoriamente no prazo de 02 (dois) dias úteis, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta;

7.3 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 03 (três) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;



7.4 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 02 (dois) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado;

7.5 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;

7.6 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1 O fornecedor será selecionado por meio de realização de procedimento licitatório na modalidade Pregão, na forma Eletrônica, com fundamento na Lei Federal 14.133/21, art. 28, inciso I e artigo 33, inciso I da Lei Federal 14.133/2021 (Menor Preço).

8.2 As exigências de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no Edital de Licitação.

8.3 Os critérios de habilitação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no Edital de Licitação.

9. GESTÃO DO CONTRATO

9.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

9.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

9.3 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos. Conforme planilha abaixo:

NOME	MATRÍCULA	GESTOR / FISCAL
Fabiana Pereira Martins	63.017	Gestor titular
Izabela Silveira Lengruber	115.232	Gestor Substituto
Alexandre Alves da Silva	1321	Fiscal Titular
Luciana Brantes dos Santos Lima	100.286	Fiscal Substituto

9.4 O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.



9.5 O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

9.6 O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.

9.7 O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.

9.8 Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

9.9 A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato.

9.10 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

9.11 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

9.12 Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

9.13 Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 As despesas decorrentes dos serviços prestados, previstos no presente Termo de Referência correrão por conta da natureza da despesa, fonte de recurso e programa de trabalho, conforme especificado a seguir:

9.1.1	Elemento de Despesa:	33.90.30-19 – Material para conservação e manutenção de bens imóveis e logradouros públicos
9.1.2	Fonte de Recurso:	170400000019 - Royalties
9.1.3	Programas de Trabalho:	08.001.04.122.00011.007 - Adequação e Estruturação da Secretaria

10.2 As notas fiscais deverão ser emitidas em nome de:

MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO

CNPJ: 28.606.630/0001-23

ENDEREÇO: AVENIDA ALBERTO BRAUNE, 225, CENTRO, NOVA FRIBURGO - RJ, CEP: 28613-001.

11. DA LIQUIDAÇÃO



11.1 A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência, em obediência aos Decretos nº 2480 de 30 de outubro de 2023 e nº 2493 de 07 de novembro de 2023.

12. DO PAGAMENTO

12.1 O pagamento será efetuado conforme estabelece aos Decretos nº 2480 de 30 de outubro de 2023 e nº 2493 de 07 de novembro de 2023, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

- Negativa de Débitos Trabalhistas;
- Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais;
- FGTS;
- PGE – referente a Dívida Ativa Estadual;
- Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa;
- Estadual CND – referente ao ICMS.

12.2 A Nota Fiscal deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta Corrente, para que possibilite o CONTRATANTE efetuar o pagamento do valor devido;

12.3 Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

13.1.1 - deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

13.1.2 - Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

13.1.2.1 - não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

13.1.2.2 - recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

13.1.2.3 - pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

13.1.2.4 - deixar de apresentar amostra;

13.1.2.5 - apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

13.1.3 - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

13.1.3.1 - recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar



o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

13.1.4 - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

13.1.5 - fraudar a licitação

13.1.6 - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

13.1.6.1 - agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

13.1.6.2 - induzir deliberadamente a erro no julgamento;

13.1.6.3 - apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

13.1.7 - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

13.1.8 - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

13.2 - Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

13.2.1 - advertência;

13.2.2 - multa;

13.2.3 - impedimento de licitar e contratar e

13.2.4 - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

13.3 - Na aplicação das sanções serão considerados:

13.3.1 - a natureza e a gravidade da infração cometida.

13.3.2 - as peculiaridades do caso concreto

13.3.3 - as circunstâncias agravantes ou atenuantes

13.3.4 - os danos que dela provierem para a Administração Pública

13.3.5 - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.4 - A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

13.4.1 - Para as infrações previstas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3, a multa será de 10% do valor do contrato licitado.

13.4.2 - Para as infrações previstas nos itens 13.1.4, 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 13.1.8, a multa será de 30% do

valor do contrato licitado

13.5 - As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

13.6 - Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

13.7 - A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Nova Friburgo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

13.8 - Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 13.1.4, 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 13.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

13.9 - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 13.1.3 caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

13.10 - A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

13.11 - Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.12 - Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A



PROCESSO Nº: 31.479/2023

RUBRICA: _____ FOLHA: _____

13.13 - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.14 - A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 Fica desde já determinado que a proposta apresentada pelo ganhador do certame deverá ser acompanhada pela planilha de custos e formação de preços.

14.2 Termo de referência elaborado por esta subscritora auxiliada pela equipe técnica de manutenção desta Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística.

Nova Friburgo/RJ, 18 de Dezembro de 2023.

GESTOR:

APOIO TÉCNICO:

Fabiana Pereira Martins

Luciana Brantes dos S. Lima

Matr.: 063.017

Matr.: 100.286

Ratifico o presente termo de referência, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como autorizo O
PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO.

Ciente, de acordo:

Gabriel Costa Wenderroschy

Secretário Municipal de Infraestrutura e Logística

Matr.: 062.775